

## EXTERNALISMO E AUTOCONHECIMENTO

**EDGAR MARQUES**

(UERJ/CNPq). *E-mail:* [edgarm@terra.com.br](mailto:edgarm@terra.com.br)

**CAROLINA MUZITANO**

(UERJ). *E-mail:* [carolinamuzitano@gmail.com](mailto:carolinamuzitano@gmail.com)

Como o próprio título do artigo o evidencia, o principal objetivo perseguido por Waldomiro Silva Filho em seu “Levando a sério o ceticismo acerca do autoconhecimento”<sup>498</sup> consiste em explicitar as razões que fazem com que o acesso imediato, privilegiado e dotado de autoridade dos sujeitos racionais aos conteúdos de suas respectivas atitudes proposicionais seja colocado em dúvida, uma vez assumidas as premissas básicas do externalismo semântico. Essa dúvida seria, assim, acerca da possibilidade mesma de existência de um conhecimento desse tipo e decorreria do fato de as condições de constituição dos conteúdos intensionais das atitudes proposicionais serem, de alguma maneira, incompatíveis com as características constituintes do autoconhecimento. A aceitação do externalismo semântico fertilizaria, assim, o terreno no qual frutificaria um certo ceticismo relativo ao autoconhecimento.

Essa suspeita de incompatibilidade entre a adoção do externalismo semântico e a sustentação da possibilidade do autoconhecimento parece dotada de alguma plausibilidade inicial, pois enquanto o externalismo afirma que os conteúdos intensionais das atitudes proposicionais não são supervenientes aos estados internos – não importando se físicos ou mentais - dos sujeitos dessas atitudes, a atribuição de autoconhecimento implica a ideia de que os sujeitos possuem um acesso a esses conteúdos que se caracteriza por ser direto, privilegiado e dotado de autoridade. Um conhecimento fundado em uma forma de acesso ao seu objeto assim definida parece, ao menos à primeira vista, efetivamente inconciliável com a tese de que os conteúdos intensionais dos estados internos dos sujeitos – estados esses que são os únicos que podemos conceber como passíveis de um acesso imediato e privilegiado por parte dos seus respectivos sujeitos possuidores – sejam co-determinados por fatores sociais e/ou naturais externos a esses mesmos sujeitos.

Estaríamos, assim, diante de um verdadeiro dilema, pois tanto o externalismo semântico quanto a tese de que os sujeitos conhecem o conteúdo de suas próprias

---

<sup>498</sup> Publicado neste volume, paginas ...

atitudes proposicionais de uma maneira completamente distinta daquela pela qual eles conhecem fatos do mundo exterior parecem suficientemente justificados (cf. SILVA FILHO, 2013) para que possamos sem mais abrir mão de qualquer uma das duas concepções, não podendo, contudo, paradoxalmente, sustentá-las em conjunto.

Pretendemos mostrar, no presente artigo, entretanto, que a situação está longe de possuir os contornos de dramaticidade que os parágrafos acima e o artigo de Waldomiro Silva Filho parecem lhe emprestar. Consideramos que o dilema acima esboçado – ou recusamos o externalismo semântico ou nos tornamos céticos acerca da possibilidade do autoconhecimento – é derivado de uma compreensão inadequada tanto da concepção mesma de externalismo semântico quanto das características constitutivas do autoconhecimento. Nossa posição é a de que ao compreendermos apropriadamente o externalismo, por um lado, e o autoconhecimento, por outro, o referido dilema se desfaz por si mesmo, sem que seja, portanto, necessário que busquemos uma solução para ele. Em larga medida, nossa perspectiva coincide com aquela assumida por Tyler Burge em vários textos nos quais ele se dedica a essa questão, podendo ser compreendida como uma reflexão desenvolvida a partir do pensamento desse filósofo.

Nossa suspeita, para não falar em hipótese de trabalho, é a de que certos pontos de vista individualistas que informam a concepção filosófica predominante acabam por influir dissimuladamente tanto no entendimento das condições que devem ser satisfeitas para que possamos atribuir a um sujeito o conhecimento do conteúdo das suas atitudes proposicionais quanto na determinação do que está envolvido na individuação desses conteúdos.

Tratemos primeiramente da noção de conhecimento do conteúdo dos próprios estados mentais, isto é, da noção de autoconhecimento. Waldomiro Silva Filho define, de um modo bem geral, o autoconhecimento como sendo “(...) conhecimento *privilegiado* e *imediato* dos próprios estados mentais intencionais *atuais*.” Em uma nota de rodapé<sup>499</sup> ele fornece uma lista inicial das propriedades presentes em todas as instâncias de autoconhecimento: autoridade da primeira pessoa; caráter apriorístico; capacidade cognitivo-discriminativa; transparência do conteúdo e infabilidade<sup>500</sup>.

---

<sup>499</sup> Op. cit., nota de rodapé número 5.

<sup>500</sup> Waldomiro Silva, a bem da verdade, observa em seu texto que a noção de autoconhecimento não envolve a presença conjunta de todas essas propriedades, tendo ele as apresentado unicamente com o fito de fornecer uma “perspectiva panorâmica” da discussão. Entretanto, em sua reconstrução dos argumentos favoráveis à afirmação de uma incompatibilidade entre externalismo e autoconhecimento essas propriedades desempenham um papel central, tornando inócua e sem efeito essa sua ressalva inicial.

As duas primeiras propriedades são as de mais fácil compreensão, sendo menos problemáticas do que as demais. O que, grosso, se pretende dizer ao se afirmar que o autoconhecimento é dotado de uma autoridade de primeira pessoa é simplesmente que o sujeito que entretém um determinado estado mental possui uma autoridade em relação a esse estado que nenhum outro indivíduo possui, isto é, que ele se encontra em melhor posição do que qualquer outro poderia estar para conhecer o conteúdo desses estados. Em relação ao segundo ponto, quando se diz que o autoconhecimento é a priori o compromisso é com a ideia de que um sujeito não necessita de nenhuma investigação empírica para saber em que está pensando. Ele sabe em que pensa ao pensar.

A afirmação de que o autoconhecimento é infalível também parece ter um sentido claro, pois ela consiste meramente na assunção de que não há possibilidade de erros nesse tipo de conhecimento. Se levamos em conta, contudo, a distinção entre pensamentos de primeira ordem e pensamentos de segunda ordem - chamados, por Burge, de "pensamentos do tipo cogito", isto é, pensamentos da forma "eu estou pensando que penso que P" -, então podemos nos perguntar se a infalibilidade diz respeito ao conhecimento do conteúdo dos pensamentos de primeira ordem ou ao conhecimento do conteúdo dos pensamentos de segunda ordem, ou a ambos.

Já o sentido preciso da atribuição das duas outras características – capacidade cognitivo-discriminativa e transparência do conteúdo – ao autoconhecimento é de difícil determinação, exigindo, assim, uma reflexão um pouco mais detida.

Quando afirmamos que um indivíduo possui autoconhecimento dos seus estados mentais, não estamos afirmando apenas que ele possui um conhecimento dos seus pensamentos de segunda ordem - "eu estou pensando que penso que P" -, mas sim também que ele possui um acesso direto e *a priori* aos seus pensamentos de primeira ordem, ou seja, aos conteúdos mesmos de seus estados mentais, isto é, a "P". Isso significa dizer que o autoconhecimento se constrói sob o signo da transparência do conteúdo<sup>501</sup>: se eu sou capaz de saber o que estou pensando é porque sou capaz de saber *sobre o que* estou pensando, ou seja, o conteúdo da minha crença é transparente para mim. Boghossian (1992, p. 16) formula a noção de transparência do conteúdo com

---

<sup>501</sup> Estamos utilizando o termo "transparência do conteúdo" no sentido compreendido por Waldomiro Silva Filho, que, na nota 5 do seu texto, esclarece do seguinte modo esse conceito: "a pessoa usa palavras e noções para expressar seus estado mentais porque domina os conteúdos dessas palavras e noções". Esse uso difere do uso corrente do termo "transparência" na literatura contemporânea acerca do tema do autoconhecimento, mas trata-se, a nosso ver, apenas de uma questão terminológica que não induz a nenhum equívoco, caso estejamos atentos para este uso desviante, porém plenamente legítimo, dessa expressão.

base no conceito de Dummett de “transparência do significado”. De acordo com Dummett (BOGHOSSIAN, 1992, p. 16), o significado de um termo ou conceito é transparente na medida em que se o sujeito atribui significado a duas ou mais palavras, ele deve saber quando esses significados são os mesmos e quando são diferentes. De maneira equivalente, o conteúdo é transparente para um sujeito se, e apenas se, ele for capaz de saber de modo direto e *a priori* quando os conteúdos de dois pensamentos são os mesmos e quando não o são.

Partindo, como Waldomiro Silva Filho explicitamente o faz<sup>502</sup>, da ideia de que os objetos de nossas crenças são estruturados proposicionalmente, sendo sua semântica de natureza composicional - nelas o sentido do todo depende do sentido das suas partes -, temos de admitir que se entretemos, por exemplo, a crença ou o pensamento de que a água mata a sede, então conhecemos os conceitos constituintes - nesse caso, "água" e "sede" - dessa crença ou desse pensamento. Quer dizer, para crermos ou pensarmos que a água mata a sede devemos dominar as regras de emprego dos conceitos implicados nessa crença ou pensamento e sermos capazes, no caso daqueles que possuem natureza referencial, de os relacionarmos com as suas respectivas referências. O ponto aqui é que o sujeito deve ser capaz discriminar o objeto de uma sua crença ou pensamento dos demais objetos dos quais essa crença ou esse pensamento não tratam. Seguindo aqui Gareth Evans, Waldomiro Silva Filho denomina a enunciação dessa condição para formulação de uma crença ou pensamento acerca de algo de “Russell's Principle” e afirma que “esse princípio é fundamental porque muitos filósofos estariam inclinados a considerar que parece paradoxal que, ao mesmo tempo, possamos ter um pensamento e, ainda assim, não sabermos que o temos e acerca do que ele trata.” (SILVA FILHO, 2013, p. 6-7)

A tese de que os conteúdos dos estados mentais devem ser transparentes àqueles que os entretêm associada à ideia de que esses conteúdos possuem uma estrutura proposicional, sendo sua semântica composicional implica, assim, considerar que ao crer em algo o sujeito tem de possuir a capacidade de discriminar e diferenciar o objeto de sua crença de todos os factuais e contrafactuais acerca dos quais essa crença não é. Embora essa capacidade cognitivo-discriminativa e a transparência do conteúdo digam

---

<sup>502</sup> “[S]e aceitamos que o objeto de uma crença-pensamento é uma proposição e que a proposição, por sua vez, é entendida *composicionalmente*, isto é, a sua semântica depende da semântica dos seus termos constituintes (dos signos-palavras que aparecem na frase) também devemos aceitar que ter uma crença envolve dominar o significado das palavras que aparecem na enunciação dessas crenças.” (SILVA FILHO, 2013, p. 8).

respeito a âmbitos diferentes, uma vez que tal capacidade cognitivo-discriminativa diz respeito a uma habilidade que o sujeito tem diante dos conteúdos das suas atitudes proposicionais, enquanto a transparência do conteúdo está associada ao escopo daquilo que ele sabe acerca desse conteúdo, ambas partem do mesmo pressuposto: o de que para ser possível que o sujeito conheça de maneira direta o conteúdo de suas atitudes proposicionais ele tem de dominar a *semântica* dos conceitos constituintes desses conteúdos.

Passemos agora a uma breve caracterização do externalismo semântico. O externalismo semântico – ou anti-individualismo, se optarmos pela terminologia de Burge – consiste, em traços largos, na concepção segundo a qual a individuação dos conteúdos das atitudes proposicionais de um indivíduo depende das relações que esse indivíduo entretém com o ambiente físico ou social no qual ele se insere. Tomando – mas sem recontar uma história que todos conhecem de maneira exaustiva- o já célebre experimento mental de Burge do paciente que sente dores em sua coxa e pensa equivocadamente que tem artrite, há uma diferença entre o uso factual e o uso contrafactual da palavra “artrite” em função de uma diferença entre o mundo factual e o contrafactual no que tange ao modo de emprego dessa expressão por médicos e lexicógrafos. Assim seria, segundo Burge, razoável afirmarmos que na situação contrafactual o paciente não pensa nem acredita, por exemplo, que tenha artrite na coxa ou que tenha artrite há vários anos. “Artrite”, na situação contrafactual, difere da palavra “artrite” como é usada por nós, tanto na definição do dicionário quanto na sua extensão. Desse modo, os conteúdos das atitudes proposicionais do paciente contrafactual diferem dos conteúdos do paciente na situação factual simplesmente pelo fato de “artrite” significar coisas distintas em um e em outro mundo. Ainda que possamos considerar que os estados mentais internos dos dois pacientes são idênticos quando eles pensam que estão com artrite na coxa, os conteúdos desses estados são distintos por causa das diferenças vigentes entre os mundos sociais aos quais eles pertencem no que diz respeito ao emprego da palavra “artrite”. O fato de o paciente no mundo factual poder ser facilmente convencido pelo seu médico de que ele se equivocava ao pensar que estava desenvolvendo artrite na coxa simplesmente porque essa doença afeta apenas as articulações torna claro, em primeiro lugar, que há um uso deferencial de determinados termos e conceitos e, em segundo lugar, que um indivíduo não precisa possuir um domínio completo de um conceito para que possa compreendê-lo e empregá-lo satisfatoriamente. Voltaremos a esses dois pontos mais tarde.

O meio físico, e não apenas o meio social, pode ser também fundamental para a determinação do significado de conceitos e termos. Se a *res* na situação contrafactual for diferente em certos aspectos relevantes, ainda que fenomenalmente idêntica à *res* factual, o conteúdo do estado mental do sujeito na situação factual também diferirá do conteúdo do estado mental da sua contraparte na situação contrafactual. Se supusermos, lançando mão agora do experimento mental de Putnam, que o líquido que tem a mesma aparência, comportamento e que é utilizado para os mesmos fins que a água na situação factual tem, na Terra Gêmea, a composição XYZ ao invés de H<sub>2</sub>O, um habitante da Terra Gêmea que pense ou profira a proposição “a água mata a sede” estará em um estado mental com conteúdo distinto daquele estado mental em que se encontra um terráqueo que pensa ou pronuncia a proposição “a água mata a sede”.

Aqui o problema que inquieta Waldomiro Silva Filho em seu texto parece ganhar corpo, pois é, à primeira vista, enigmático como podemos conhecer os conteúdos de nossos estados mentais de modo direto e a priori se a individuação desses conteúdos depende das nossas relações com a realidade externa física ou social. Uma situação imaginada por Boghossian (1992) ajuda a tornar clara essa dificuldade: um indivíduo – o indefectível Oscar – é transportado durante o sono, sem seu próprio conhecimento, para a Terra-Gêmea, entrando lá em contato com o líquido transparente, inodoro e insípido que preenche rios, lagos, mares e que é vertido pelas nuvens quando chove. A estrutura química dessa substância é XYZ. Para diferenciá-la da substância – H<sub>2</sub>O – que aqui na Terra apresenta essas características, podemos chamá-la de águatg. Obviamente, devido ao fato da águatg ser fenomenicamente idêntica à água, Oscar não terá nenhuma suspeita de que esse líquido com o qual ele interage não seja água. Após algum tempo, levando em consideração que as relações causais com o ambiente físico e as relações com a comunidade social são relevantes para a individuação dos conteúdos dos estados mentais, os pensamentos de Oscar passarão a ser sobre águatg, e não mais sobre a água. A questão é que o nosso bravo Oscar não pode ser capaz de saber *a priori* – isto é, a partir unicamente de um exame introspectivo de seus estados mentais e sem apelar para um exame empírico do mundo – que ao dizer, por exemplo, “a água mata a sede”, ele está vocalizando uma sua crença acerca não da água, mas sim da águatg. Além disso, como ele não sabe que águatg não é água, ele continua crendo que seus pensamentos ainda são sobre água, enquanto, de fato, eles não o são.

Esse experimento mental permite, como o mostra Boghossian, ainda uma complexificação adicional. Podemos pensar em uma situação em que Oscar mora, sem o

saber, na Terra Gêmea há, digamos, 4 anos e se lembra de algo que ocorreu 5 anos antes - em um tempo, portanto, em que ele ainda morava na Terra. Oscar relembra que nadou em um rio e que a água estava gelada, pensando então algo que, expresso em palavras, equivaleria à proposição “a água daquele rio estava gelada naquele dia”. De acordo com Boghossian, se aceitarmos o externalismo, este pensamento de Oscar será sobre água, e não sobre águatg, pois ele trata do passado com base na memória. Assim, podemos supor que todos os pensamentos de Oscar sobre água baseados na memória acerca de fatos que ocorreram na Terra serão sobre água mesmo, enquanto que seus novos pensamentos e pensamentos baseados na memória sobre eventos vividos na Terra Gêmea serão sobre águatg. Como Oscar não é capaz de distinguir água de águatg, ele não será capaz de distinguir *a priori* entre os conteúdos dos seus pensamentos sobre água e os conteúdos dos seus pensamentos sobre águatg. Mais ainda: se for dito a Oscar que ele não está mais vivendo na Terra, e sim na Terra Gêmea e que o que ele acredita ali ser água é, na verdade, águatg, ele não saberá responder se 3 anos antes – 1 ano, portanto, depois de ter chegado à Terra-Gêmea - quando ele pensou que água matava a sede ele estava pensando em água ou em águatg. Mas isso parece incoerente se supomos que Oscar possui conhecimento direto e dotado de autoridade dos conteúdos de suas atitudes proposicionais. Autoconhecimento e externalismo semântico parecem, assim, ao fim e ao cabo, não poderem ser sustentados conjuntamente.

O ponto central de Boghossian é, assim, o de que, como Oscar não possui um conhecimento abrangente sobre o ambiente físico da Terra e da Terra Gêmea, sua capacidade cognitivo-discriminativa é afetada, não sendo, dessa maneira, os conteúdos dos seus estados mentais transparentes para ele. Sua conclusão é, portanto, a de que não poderíamos atribuir a Oscar um conhecimento dos seus estados mentais - isto é, um autoconhecimento - se aceitarmos a concepção externalista acerca da individuação dos conteúdos desses estados.

Partindo novamente de Burge (2003, p. 281), consideramos que esse dilema pode ser dissolvido se refletirmos mais detidamente acerca da ideia de que o autoconhecimento envolve transparência do conteúdo e capacidade cognitivo-discriminativa. Que os conteúdos das atitudes proposicionais sejam plenamente transparentes aos sujeitos que as adotam e que esses sujeitos possuam a capacidade cognitiva de discriminar e diferenciar integralmente esses conteúdos entre si parece seguir da ideia mesma de autoconhecimento, caso partamos - velada ou expressamente - de uma perspectiva segundo a qual as relações que determinam os conceitos se

encontram plenamente contidas nos conceitos mesmos, sem depender de nada que possua uma natureza extra-conceitual. Adotando essa perspectiva, ao compreender um conceito – isto é, ao compreender o significado de um termo geral – o indivíduo estaria em condição de determinar as conexões logico-semânticas que esse conceito mantém com todos os outros conceitos que ele possui, podendo, assim, discriminar plenamente as situações em que pensa nesse conceito das situações em que pensa em um conceito dele distinto.

A questão é que essa perspectiva é precisamente a perspectiva individualista recusada pela semântica externalista. Não cabem dúvidas de que conceber o autoconhecimento nesses termos individualistas implica concebê-lo de uma maneira que efetivamente exclui por princípio qualquer possibilidade de compatibilização com o externalismo semântico. Mas podemos questionar se essa concepção de autoconhecimento não decorreria de um certo preconceito individualista, sendo possível a formulação de uma visão de autoconhecimento que não envolva nem transparência plena do conteúdo nem capacidade discriminativa total como condições do conhecimento dos conteúdos dos próprios estados internos. O que nos perguntamos é por que deveríamos introduzir exigências tão fortes ao atribuirmos competência semântica – quer dizer, conhecimento do significado dos termos que ele emprega em suas frases e dos conceitos que integram seus pensamentos – a um sujeito, principalmente quando levamos em conta que nossa prática linguística cotidiana nos mostra constantemente que não temos, e nem precisamos, de um conhecimento conceitual dotado de tanta riqueza para sermos falantes competentes.

Basta que consideremos um pouco mais detidamente os contextos em que nos comunicamos e atribuímos aos nossos interlocutores o domínio do código linguístico mutuamente utilizado para que fique claro que o princípio de transparência do conteúdo impõe condições que muitas vezes não são satisfeitas nessas interações comunicacionais, sem que, contudo, estejamos dispostos nem a considerar que esses sujeitos não sejam falantes competentes nem a dizer que seus pensamentos não envolvem os conceitos correspondentes aos termos presentes nas frases que eles pronunciam. Assim, por exemplo, é perfeitamente razoável que uma determinada pessoa entretenha convicções acerca dos psicoterapeutas, sem que, entretanto, consiga diferenciá-los com perfeita clareza quer dos psicólogos, quer dos psicanalistas, não podendo nem mesmo dizer se os termos "psicoterapeuta", "psicólogo" e "psicanalista" são ou não sinônimos estritos. O mesmo vale para quase todos nós quando se trata das



crenças que cultivamos, por exemplo, acerca de olmos e faias. Parece plausível dizer que podemos pensar algo acerca de olmos - digamos, que olmos são árvores de clima temperado -, ainda que não os consigamos diferenciar das faias, aceitando que há efetivamente alguma diferença simplesmente porque depositamos confiança na *expertise* dos botânicos. O que esses dois exemplos trazem à tona é que a compreensão e emprego correto dos conceitos é compatível tanto com a parcialidade quanto com a deferência. Consideramos que compreendemos conceitos mesmo em situações nas quais essa compreensão é claramente incompleta e parcial - o que não nos permite, por exemplo, determinar com precisão suas relações de sinonímia - e nas situações em que atribuímos a outros a capacidade de realizar as diferenciações e identificações que escapam ao nosso poder.

O essencial aqui é que a determinação de se dois ou mais termos são ou não sinônimos depende de normas e padrões de uso muito amplos, que, muitas vezes, não podem ser avaliadas por meio da introspecção direta, pois envolvem a dependência do uso de outras pessoas e a dependência das configurações factuais do ambiente físico circundante. O importante é que ainda que o sujeito seja, por mera reflexão voltada para si, incapaz de encontrar uma diferença entre dois termos caso ele não saiba o suficiente, essa condição de maneira alguma impede que ele seja considerado como um falante competente e plenamente capaz de entreter pensamentos que envolvam os conceitos correspondentes a tais termos.

Isso não significa, é claro, que o externalismo proponha atribuir a um sujeito a compreensão de um conceito lá onde não há se apresenta nenhuma capacidade cognitivo-discriminativa. Falantes competentes associam a um termo outros termos, formando uma rede que pressupõe um domínio mínimo de certas regras de uso. Quanto mais aprendemos conceitualmente mais somos capazes de discriminar e identificar. Porém, isso não implica que diante de conceitos distintos uns dos outros sejamos sempre capazes, em princípio, de determinar essa diferença caso reflitamos suficientemente, ou ainda, que estejamos em condição de diferenciar uma situação factual de todas as situações contrafactuais concebíveis. Não há, além do preconceito individualista de que os conteúdos das atitudes proposicionais devem ser absolutamente transparentes aos sujeitos dessas atitudes, nenhuma razão para se considerar que toda igualdade ou diferença entre conceitos deva ser acessível à introspecção. Sendo assim, não há porque assumir que o autoconhecimento envolva necessariamente transparência do conteúdo e uma capacidade cognitivo-discriminativa infalível.

Apesar desses esclarecimentos, uma dificuldade parece poder reintroduzir a questão da incompatibilidade entre autoconhecimento e externalismo. Podemos nos perguntar como os sujeitos poderão identificar e individuar os conteúdos de seus próprios pensamentos sem recorrer a um conhecimento empírico do mundo se considerarmos que os conteúdos de seus estados mentais são parcialmente identificados e individuados pelas relações que os sujeitos mantêm com o ambiente social e físico externo. A questão é se os sujeitos para realizar essa identificação e individuação não devem discriminar, por métodos empíricos, as condições empíricas que determinam tais pensamentos de outras condições empíricas que poderiam determinar outros pensamentos distintos.

Burge (1996b, p. 345) apresenta uma solução, a nosso ver, plenamente satisfatória para essa dificuldade. Ele diferencia o que deve ser conhecido – ou sabido – para a constituição de um pensamento daquilo que é pressuposto para essa constituição, mas que não necessita ser conhecido pelo sujeito do pensamento. Dentre as condições que devem ser satisfeitas para que se possa pensar um certo pensamento existem algumas de natureza empírica, isto é, cuja satisfação não pode ser constatada pela mera atividade reflexiva. Para podermos pensar, lançando mão aqui do exemplo do próprio Burge, algo acerca da água, devemos ou ter tido alguma relação causal com água ou ter teorizado acerca dessa substância ou ainda ter entrado em contato com pessoas que teorizaram acerca dela e ter aprendido com elas o conceito de água. Evidentemente que apenas uma investigação empírica pode nos mostrar quais condições foram efetivamente satisfeitas para que esse pensamento pudesse ter se constituído. Entretanto, seria um equívoco considerar que essas condições para constituição de um pensamento devem ser conhecidas pelo sujeito para que ele possa entreter esse mesmo pensamento.

Para esclarecer essa questão, Burge lança mão de uma comparação, a nosso ver, iluminadora entre o autoconhecimento e o conhecimento perceptual. O ponto principal em relação ao conhecimento perceptual reside, nesse contexto, em que não parece ser razoável impor como condição para que se diga que conhecemos perceptualmente entidades físicas o conhecimento prévio das condições que o tornam possível. Quando dizemos, por exemplo, que sabemos meramente olhando que há uma estante cheia de livros ali adiante, não se supõe que tenhamos primeiramente conferido se a iluminação, ou um truque de espelhos, ou uma holografia, ou algo do gênero não tenham acabado por produzir uma ilusão perceptual. Nas situações normais de uso, nossos juízos perceptuais não têm por base a crença justificada de que todas as condições que

tornariam objetivos esses juízos tenham sido satisfeitas. Não exigimos de ninguém, e nem esperamos que seja exigido de nós, que se mostre sempre que as percepções das quais se fala não tenham sido originadas por circunstâncias outras que as usuais. Efetivamente, a atribuição de objetividade às percepções não pressupõe que se possa garantir que os sujeitos percipientes estejam em condição, em cada situação perceptual, de diferenciar os objetos percebidos de todos os objetos contrafactuais alternativos que podemos conceber nas mais diversas situações contrafactuais passíveis de descrição. Assim, alguém que diz que sabe que há uma parede ali simplesmente porque ele a vê não é - pelo menos não usualmente - instado a analisar sua percepção para diferenciá-la, por exemplo, da percepção de projeções holográficas de paredes, ou de fotos em tamanho natural de paredes ou de jogos de espelhos que criam a ilusão de haver paredes onde paredes não há. As percepções permanecem sendo objetivas para nós todos, ainda que a sua efetivação não inclua um domínio completo por parte do percipiente das condições que devem ser satisfeitas para que elas realmente tenham por objeto aquilo acerca de que elas presumivelmente são.

O mesmo vale, seguindo aqui Burge ainda, para o conhecimento que possuímos acerca dos conteúdos de nossos próprios estados mentais. Conhecer os conteúdos dos próprios pensamentos não requer, tal como no caso dos juízos perceptuais, que se conheçam as condições mesmas que tornam um tal conhecimento possível. Isto é, não precisamos conhecer as condições que fazem com que um certo pensamento possua um determinado conteúdo para conhecer esse conteúdo. Ao contrário, acessamos diretamente os conteúdos de nossos pensamentos simplesmente ao pensá-los. Isso significa que a individuação dos pensamentos não se dá por meio de uma operação de discriminação que, através do emprego de critérios ou regras, nos permita determinar qual, dentre diferentes possíveis candidatos, seria efetivamente o conteúdo de um certo pensamento. O conhecimento dos próprios pensamentos não é, então, discursivo, mas sim imediato, sendo, contudo, tal como o conhecimento perceptual, passível de erro.

Os pensamentos de segunda ordem, ao contrário, além de serem dotados de autoridade são também necessariamente infalíveis, pois o próprio ato de formularmos esses juízos já os torna verdadeiros. No autoconhecimento básico o indivíduo, ao mesmo tempo, pensa em algo e, além disso, pensa nesse pensamento como sendo seu próprio pensamento. Nesse segundo pensamento, independentemente das condições de individuação do pensamento de primeira ordem, não pode haver engano por parte dos sujeitos, pois eles simplesmente pensam no que estão pensando. Uma pessoa pode, por

exemplo, pensar que determinada árvore é um olmo e saber que esta pensando que essa árvore é um olmo, ainda que ela não disponha de um conhecimento botânico que forneça a ela um conceito que contenha todas as características distintivas de um olmo.

Assim, do fato óbvio de que somente podemos pensar um pensamento que compreendemos não se segue que essa compreensão implique necessariamente, ao nível dos pensamentos de primeira ordem, um domínio tal dos conceitos em questão que possibilite que se os distinga plenamente de todos os conceitos possíveis, garantindo infalibilidade em sua aplicação. Isso faz com que possamos saber quais são nossos pensamentos ainda que compreendamos apenas parcialmente ou deferencialmente os conceitos que os integram.

Voltando, então, para concluir, às questões que motivaram a elaboração deste artigo, sustentamos que a impressão de que a aceitação do externalismo pode dar origem a uma postura cética acerca da possibilidade do autoconhecimento resulta de uma compreensão inadequada tanto de um quanto do outro. Em relação ao autoconhecimento, nossa tese é a de que a concepção de que o conteúdo seja transparente não condiz com os critérios que empregamos ao reconhecer e atribuir competência linguística a nós mesmos e aos outros, sendo caudatária, cremos, da adoção velada de uma perspectiva individualista. No que tange ao externalismo, sublinhamos que a compreensão dos conceitos pode ser incompleta e deferencial, o que restringe a possibilidade de extrairmos a priori conclusões acerca da constituição do mundo com base unicamente em um exame dos conceitos de que dispomos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGHOSSIAN, P.A. (1992). “Externalism and Inference”. In: VILLANUEVA, E. (ed.), *Rationality in Epistemology*. Atascadero: Ridgeview Publishing Company.
- BOGHOSSIAN, P.A. (1994). “The Transparency of Mental Content”, *Philosophical Perspectives*, 8, pp. 33-50.
- BURGE, T. (1979). “Individualism and the Mental”. In: *Foundations of Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 100-150.
- BURGE, T. (1982). “Other Bodies”. In: *Foundations of Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp.100-150.

- BURGE, T. (1996a). “Our Entitlement to Self-Knowledge”. In: LUDLOW, P. & MARTIN, N. (eds.). *Externalism and Self-Knowledge*. Stanford: CSLI Publications, pp. 239-263.
- BURGE, Tyler (1996b). “Individualism and Self-Knowledge”. In: PESSIN, A. & GOLDBERG, S. (eds.). *The Twin Earth Chronicles – Twenty Years of Reflection on Hilary Putnam’s “The Meaning of ‘Meaning’”*. M.E. Sharpe, pp. 342-354.
- BURGE, Tyler (2003). “Replies from Tyler Burge”. In: FRAPOLLI, M. & ROMERO, E. (eds.). *Meaning, Basic Self-Knowledge, and Mind – Essays on Tyler Burge*. CSLI Publications, 2003, pp.243-296.
- EVANS, Gareth. (1982). *The Varieties of Reference*. Oxford: Oxford University Press.
- FRAPOLLI, M. & ROMERO, E. (eds.) (2003). *Meaning, Basic Self-Knowledge, and Mind – Essays on Tyler Burge*. CSLI Publications.
- GRIMALTOS, Tobies. (2003) “Terms and Content”. In: FRAPOLLI, M. & ROMERO, E. (eds.). *Meaning, Basic Self-Knowledge, and Mind – Essays on Tyler Burge*. CSLI Publications, 2003, pp.35-52.
- LUDLOW, P. & MARTIN, N. (eds.) (1998). *Externalism and Self-Knowledge*. Stanford: CSLI Publications.
- MARQUES, E. (2010), “Conteúdo e Autoridade de Primeira Pessoa”. In: SILVA FILHO (org.). *Mente, Linguagem e Mundo*. São Paulo: Alameda, pp. 75-86.
- MOYA, C., (2003). “Externalism, Inclusion and Knowledge of Content”. In: FRAPOLLI, M. & ROMERO, E. (eds.). *Meaning, Basic Self-Knowledge, and Mind – Essays on Tyler Burge*. CSLI Publications, pp.165-186.
- PESSIN, A. & GOLDBERG, S. (eds.) (1996). *The Twin Earth Chronicles – Twenty Years of Reflection on Hilary Putnam’s “The Meaning of ‘Meaning’”*. M.E. Sharpe.
- SILVA FILHO, W. (org.) (2010). *Mente, Linguagem e Mundo*. São Paulo: Alameda.
- SILVA FILHO, W. (2011). Transparência, Reflexão e Vicissitude. In: *Kriterion*, nº 123, p. 213-236.
- SILVA FILHO, W. (2013) *Levando a Sério o Ceticismo Acerca do Autoconhecimento*.